

Três Hipóteses sobre a Crise Transatlântica

Carlos Gaspar

Assessor da Casa Civil do Presidente da República

05



Carlos Gaspar

Assessor da Casa Civil do Presidente da República

Mestre em Ciências Políticas, Institut d'Etudes Politiques de Paris.

Doutorando em Ciências Políticas – Relações Internacionais, Institut d'Etudes Politiques de Paris – Université de Paris I Sorbonne.

Assessor da Casa Civil do Presidente da República.

Professor auxiliar convidado de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada.

Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa.

Membro do Conselho de Redacção das revistas *Relações Internacionais*, *Nação e Defesa*, *Finisterra e Respublica*.

Membro da Associação Portuguesa para o estudo das Relações Internacionais.

Membro da Associação Portuguesa de Ciências Políticas.

Membro da Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais.

Membro da Associação do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Membro da Direcção da Comissão Portuguesa do Atlântico.

Membro do Conselho Geral do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Membro do Conselho Geral e da Direcção do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa.

A unidade ocidental é, por vezes, tomada como o estado natural nas relações entre as democracias liberais que dominam os dois lados do Atlântico. A força das raízes históricas, os valores comuns, as afinidades civilizacionais são supostos impor, por si mesmos, uma comunidade transatlântica.

A história demonstra, pelo contrário, que a regra da separação prevaleceu nas relações entre o Novo e o Velho Mundo desde 1789, o momento da realização constitucional da revolução americana e do início da revolução francesa, até ao fim da II Guerra mundial, passe a excepção, decisiva mas curta, aberta pela intervenção dos Estados Unidos na Grande Guerra e nas Conferências de Paris. E, mesmo depois da vitória sobre o totalitarismo nazi, a formação da aliança transatlântica, indispensável para a sobrevivência da civilização ocidental¹, teve de ser estimulada pela ameaça do totalitarismo comunista. Nesses vários sentidos, a origem da comunidade de defesa ocidental é inseparável da catástrofe europeia, da emergência dos Estados Unidos como uma grande potência internacional e da Guerra Fria.

A crise é o outro nome da Aliança Atlântica. Fundada sob o signo da crise internacional para assegurar a resistência da Europa Ocidental perante a pressão estratégica e ideológica da União Soviética e evitar uma nova guerra total, a crise foi sempre o estado normal nas relações entre os membros da Aliança Atlântica, sem que nenhuma das crises sucessivas tenha posto em causa a continuidade da comunidade de defesa ocidental. Os exemplos são demasiado numerosos: um ano depois da sua fundação, a França opõe-se à reconstrução do exército alemão no quadro da Aliança Atlântica; em 1954, quando os franceses recusam ratificar o tratado da Comunidade Europeia de Defesa, os Estados Unidos ameaçam partir e só desistem quando obtêm o acordo sobre a entrada da Alemanha ocidental na Organização do Tratado do Atlântico Norte; nos anos sessenta, o general de Gaulle expulsa as tropas norte-americanas da França, ao mesmo tempo que confirma os seus vínculos à Aliança Atlântica durante a crise dos mísseis de Cuba; em 1989, a unificação da Alemanha ameaça abrir caminho para a neutralidade da grande potência central europeia, mas a sua permanência na Organização do Tratado do Atlântico Norte acaba por fortalecer a posição central da comunidade ocidental como o garante dos equilíbrios do post-Guerra Fria no conjunto do espaço euro-atlântico.

Esses precedentes históricos tornam obrigatória uma certa contenção quando se avaliam as crises da Aliança Atlântica. Porém, o declínio da comunidade transatlântica, desde o fim da Guerra Fria, e as divergências profundas reveladas na sequência do 11 de Setembro, quando os Estados Unidos procuram dividir os aliados europeus e a Alemanha se opõe, publicamente, ao seu principal aliado externo, tornam possível classificar a última crise como a pior de todas as crises transatlânticas – pior do que a crise do Suez, cuja simetria com a crise iraquiana foi sublinhada por Pierre Hassner².

Há um certo número de hipóteses interessantes sobre a natureza da crise transatlântica do post-Guerra Fria, para lá da previsão clássica sobre os perigos da vitória para as alianças de sucesso, enunciada por Thomas Hobbes. Entre essas hipóteses, três parecem ser pertinentes para compreender o momento presente: a primeira trata dos efeitos da mudança nos equilíbrios estratégicos, o tema constante de Coral Bell, a segunda denuncia a emergência dos Estados Unidos como uma potência revisionista, segundo a fórmula de Jean-Yves Haine, e a terceira antecipa o declínio das alianças permanentes e multilaterais, na tese de Bruno Tertrais.

O fim dos equilíbrios

O fim da Guerra Fria corresponde a uma mudança radical nos equilíbrios entre as grandes potências no espaço euro-atlântico – de Vancouver a Vladivostok, para recuperar a frase de James Baker – e representa uma mudança estruturalmente equivalente ao resultado de uma guerra hegemónica, mesmo sem nunca ter existido a ascensão aos extremos na confrontação permanente entre os dois impérios irreconciliáveis, tal como previsto na fórmula de Raymond Aron sobre a “guerra improvável” no tempo da “paz impossível”.

A primeira mudança resulta do fim do regime comunista russo e da União Soviética, cujo desaparecimento altera a distribuição bipolar do poder internacional, sem que a Rússia post-soviética perca o estatuto de grande potência; a segunda mudança decorre da unificação da Alemanha, com a correspondente restauração do seu estatuto como a principal potência central europeia, embora sem ser uma potência nuclear, uma qualidade que pertence, legalmente, aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas; a terceira mudança parte da emergência dos Estados Unidos como o único pólo de poder no sistema internacional – no duplo sentido em que nenhum outro Estado é uma grande potência em todas as dimensões relevantes e em que se acentua ainda mais a desproporção entre o poder – estratégico, militar, político, científico, económico, cultural – concentrado na potência vencedora da disputa bipolar e a posição relativa das restantes potências. A consequência óbvia dessas mudanças é o fim dos equilíbrios estratégicos da Guerra Fria e a ausência de uma fórmula alternativa que assegure a balança internacional, mesmo numa versão limitada ao espaço euro-atlântico.

Para Coral Bell³, essas mudanças põem em causa a validade do dito apócrifo, atribuído a Lord Ismay, que estabelece as razões de ser da Aliança Atlântica: **to keep the Americans in, the Russians out and the Germans down**. De facto, com a reunificação, os alemães sobem na hierarquia das potências, deixar os russos à porta já não tem o mesmo significado e, sobretudo, manter os norte-americanos dentro de casa torna-se ainda mais importante face à preponderância solitária dos Estados Unidos, embora sem a urgência trágica do passado, pois desapareceram os riscos eminentes de uma guerra total ou de uma subordinação ao terror totalitário e voltaram a existir as condições para o conjunto das potências europeias ocidentais poderem garantir, autonomamente, a segurança regional.

A proposta inicial de Coral Bell admite integrar a Rússia na comunidade transatlântica para restaurar o equilíbrio entre as três principais potências do espaço euro-atlântico. Desde logo, o regresso da Rússia ao concerto internacional seria um sinal importante para a “normalização” post-soviética. Por outro lado, sem a sua presença torna-se mais difícil contrabalançar uma Alemanha unificada e, com a sua presença, a continuidade do estatuto da Alemanha como potência não-nuclear fica melhor salvaguardada. Por último, como defenderam Fred Iklé ou Paul Nitze e, mais tarde, James Baker⁴, a integração da Rússia recupera o modelo clássico de co-optação das potências vencidas, aplicado à Alemanha e ao Japão pela estratégia norte-americana de inversão das alianças no fim da II Guerra mundial, e é também uma forte razão adicional para ancorar os Estados Unidos na Aliança Atlântica. Dito de outra maneira, para manter a fórmula de Lord Ismay quanto aos Estados Unidos e à Alemanha seria preciso emendar a cláusula russa.

Nos últimos quinze anos, foram dados passos no sentido de consolidar a posição da Rússia post-soviética nas

instituições internacionais e para a inserir na arquitectura de segurança regional como uma potência de **statu quo**, incluindo, desde 1997, um acordo específico com a Organização do Tratado do Atlântico Norte, como contrapartida do primeiro alargamento oriental da Aliança Atlântica. Essa ligação institucional foi reforçada depois do 11 de Setembro, para obter uma maior coordenação na luta anti-terrorista e nas intervenções militares externas.

Porém, a integração da Rússia na Aliança Atlântica revelou-se impossível, até à data, quer pelo sentido da evolução das suas políticas externas, marcadas pelo peso interno das correntes euro-asiáticas, quer por força das oposições ocidentais, umas condicionais, que insistem na necessidade de se completar a transição democrática post-soviética, outras irredutíveis, como as que rejeitam a unificação estratégica do espaço euro-atlântico, de Vancouver a Vladivostok, na comunidade ocidental.

O sentido essencial da proposta de Coral Bell permanece válido. A demonstração da unipolaridade torna mais premente a procura de modos de restaurar uma medida de equilíbrio internacional e, nas circunstâncias presentes, passe o militantismo anti-americano, a forma mais realista de o realizar parece ser não a mobilização de uma coligação anti-hegemónica, cuja ausência é notória⁵, mas a recuperação, mesmo parcial, do modelo de concertação entre as grandes potências⁶.

O modelo de concertação é, ao mesmo tempo, mais e menos do que uma aliança. Mais, no sentido em que reclama um reconhecimento comum dos princípios de legitimidade do sistema internacional por parte de todas as grandes potências internacionais. Menos, na medida em que não exige um compromisso de defesa colectiva e dispensa um modelo robusto e integrado de defesa comum como o da Organização do Tratado do Atlântico Norte, sem, todavia, renunciar à cooperação securitária que, de resto, já existe entre o conjunto das grandes potências, incluindo não só os Estados Unidos, o Japão e os aliados europeus, mas também a Rússia, a China e a Índia, nomeadamente na luta contra o terrorismo pan-islâmico.

A concertação entre as grandes potências desaparece no princípio e volta a surgir no fim do “século XX curto”. O próprio fim da Guerra Fria é um exercício diplomático de concertação sem precedentes, nomeadamente entre os Estados Unidos, a União Soviética e a Alemanha. Essa marca genética ressurge, nos anos seguintes, em momentos cruciais, na feitura dos acordos de Lisboa sobre a desnuclearização da Ucrânia, na imposição dos acordos de Dayton para terminar as guerras balcânicas ou na tentativa para anular o programa de armamentos nucleares da Coreia do Norte. A Rússia é parte do acordo entre os Estados Unidos e a Ucrânia, os dois velhos adversários da competição bipolar pertenceram ao Grupo de Contacto com a **troika** europeia – Alemanha, Grã-Bretanha e França – e estão ambos no Grupo dos Seis, ao lado da China e do Japão e das duas Coreias.

O passo decisivo pode ser dado no quadro da Aliança Atlântica: uma forma adequada de inserção da Rússia corresponderia a uma forma de começar a institucionalização de um concerto – uma **détente** multilateral – entre as grandes potências. A chave está, em boa parte, nas mãos da Rússia: a re-concentração do poder, as dificuldades da transição política, a brutalidade da repressão na Chechnia prejudicam a convergência e confirmam a preferência tradicional por uma estratégia de flexibilidade na escolha das alianças da Rússia. Se persistirem essas tendências, o modelo de concertação não terá a sua origem numa comunidade de defesa euro-atlântica alargada e, desse modo, pode constituir-se como uma alternativa para ocupar o lugar central da aliança das democracias na arquitectura de segurança internacional.

O regresso do revisionismo

A evolução das estratégias norte-americanas no post-11 de Setembro tem sido interpretada de maneiras radicalmente diferentes.

Para uma minoria, que inclui Robert Kagan⁷, trata-se de uma mudança na continuidade: o sentido essencial das políticas da administração do presidente George W. Bush estava implícito nas tendências principais da administração do presidente Bill Clinton. A “nação indispensável” de Madeleine Albright, que não dispensava a sua reserva da soberania, expressa na regra geral de intervenção – **“multilateral when we can, unilateral if we must”** – considerou seriamente a possibilidade de uma intervenção preventiva contra a Coreia do Norte e travou a guerra do Kosovo, com sustentação nas resoluções das Nações Unidas do que a invasão do Iraque. O “império benevolente” é o mesmo, antes e depois dos massacres terroristas de Nova York.

No outro extremo, onde pontificam as posições opostas de John Lewis Gaddis e G. John Ikenberry, a mesma mudança corresponde a uma ruptura, ou como resposta à “surpresa estratégica” do 11 de Setembro, que provoca uma revisão completa da velha estratégia rooseveltiana e substitui as alianças multilaterais e a oposição à guerra preventiva pelo unilateralismo hegemónico e pela doutrina da guerra preventiva⁸, ou como consequência das tentações imperiais, que põem em causa o modelo de ordenamento constitucional – o “sistema americano” – imposto pelos Estados Unidos no fim da II Guerra mundial e pela vitória na Guerra Fria⁹.

Para Jean-Yves Haine, essas mudanças significam que os Estados Unidos se tornaram uma potência revisionista e essa viragem passa a ser a clivagem essencial na comunidade transatlântica: **“| Les | États-Unis sont la puissance révisionniste dans le monde, tandis que les Européens sont dans leur ensemble des puissances qui privilégient le status quo”**¹⁰. Nesse contexto, a aliança atlântica perde a sua homogeneidade e transforma-se num sistema heterogéneo.

Sem dúvida, há bons argumentos nesse sentido quando, do lado norte-americano, prevalecem as estratégias mais radicais. As estratégias de divisão para cercar o “Eixo da Paz” franco-alemão substituem a solidariedade democrática pela lógica do poder nas relações entre os Estados Unidos e os seus aliados europeus. Com a evocação do “Eixo do Mal”, a teologia estratégica toma o lugar da racionalidade na definição dos inimigos externos da principal potência internacional. Quando se justifica a guerra preventiva contra o Iraque como uma forma de depor uma tirania, trocam-se as regras canónicas dos tratados da Westphalia por uma versão democrática da “doutrina da soberania limitada”. O programa de imposição da democracia no Grande Médio Oriente e arredores, incluindo o recurso à força militar, legitima uma teoria do internacionalismo democrático que tende a dispensar o realismo tradicional nas relações com os regimes despóticos, num processo onde se torna cada vez mais difícil separar as virtudes liberais do impulso imperial.

Do lado europeu, mesmo incluindo os aliados mais constantes dos Estados Unidos, como a Grã-Bretanha, tende a prevalecer uma linha de continuidade, nomeadamente na defesa dos quadros multilaterais de legitimação da guerra, incluindo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como na definição da guerra preventiva como uma excepção, ou na necessidade de mobilizar a Organização das Nações Unidas, indispensável para responder às situações post-conflito

e resolver os problemas da reconstrução dos “Estados falhados”. A determinação, sobretudo alemã e francesa, de limitar os efeitos de perturbação violenta que podem ser causados pela **idealpolitik** neo-conservadora no Médio Oriente, confirma a permanência de uma **realpolitik** conservadora europeia.

Dito isso, falta demonstrar que o dinamismo estratégico e a mudança de métodos e de prioridades nas políticas externas dos Estados Unidos configuram a emergência de uma potência revisionista. No catálogo disponível das definições de potência revisionista¹¹, essa qualidade, para lá da procura da glória pela conquista, está reservada a dois casos: às potências revolucionárias – por exemplo, a Alemanha e a Rússia nos respectivos períodos totalitários – e aos **challengers**, os rivais hegemónicos que querem tomar o lugar da potência preponderante no sistema internacional, sem por isso serem forçosamente potências revolucionárias. Os Estados Unidos não correspondem a nenhum desses casos: não têm, nem nunca tiveram um regime totalitário, nem um programa revolucionário de expansão imperial – mau grado o voluntarismo furioso da versão militarista do wilsonismo – e, sobretudo, já são a principal potência, que ocupa o centro do sistema internacional, até à data sem sequer qualquer rival, singular ou colectivo, à vista.

Nesse contexto, têm uma parte de razão os analistas e os responsáveis políticos que consideram a ruptura do 11 de Setembro como o momento fundador de um novo modelo de ordenamento internacional, que visa consolidar e legitimar a preeminência dos Estados Unidos.

Não se trata necessariamente de dizer que o 11 de Setembro é a origem dessa mudança, como o faz John Lewis Gaddis: basta reconhecer que as mudanças estratégicas e políticas do fim da Guerra Fria não produziram as mudanças equivalentes no modelo de ordenamento internacional, por um conjunto de razões. Primeiro, a Guerra Fria terminou sem um tiro, num processo de concertação entre os Estados Unidos e a União Soviética: o fim da Guerra Fria marca o fim de uma guerra hegemónica, mas, sem a violência extrema da guerra total, é difícil edificar **ex novo** uma ordem internacional. Segundo, as regras, as normas e as instituições existentes, incluindo a Aliança Atlântica, serviram para garantir os acordos do fim da Guerra Fria, nomeadamente os termos da unidade alemã. Terceiro, a guerra contra o Iraque, em 1991, a primeira travada sob a bandeira das Nações Unidas sem oposição de nenhum dos membros permanentes do Conselho de Segurança, também jogou a favor da continuidade: a “nova ordem internacional”, proclamada pelo primeiro presidente Bush, em Março de 1991, não foi mais do que uma segunda oportunidade para a antiga ordem internacional, estabelecida em 1945.

Paradoxalmente, no fim da Guerra Fria, os Estados Unidos não tiveram nenhuma oportunidade para rever o modelo de ordenamento internacional. O 11 de Setembro foi essa oportunidade, externa e internamente. Nesse sentido, a clivagem entre os aliados não é menos profunda, mas não implica a heterogeneidade da aliança das democracias. A clivagem divide os que querem estar “presentes na criação” de um novo modelo de ordenamento, que ultrapasse os arcaísmos e os bloqueios do velho “sistema americano”¹², e os que querem preservar o **statu quo ante**, cuja capacidade para responder aos problemas do terrorismo, da tecnologia e da tirania está por demonstrar. A divisão, nessa perspectiva, começa por opor reformistas e conservadores, para depois diferenciar os modelos divergentes de reforma – unipolares ou multipolares, unilaterais ou multilaterais – bem como as várias estratégias de perpetuação dos velhos hábitos. Mas, salvo melhor opinião das alas militantes do neo-conservadorismo anti-europeu e do europeísmo anti-americano, a linha de

demarcação não separa nem Marte de Vénus, nem perigosos revolucionários revisionistas imperialistas de bondosos protectores da legitimidade internacional.

A Aliança Atlântica é parte integrante do modelo antigo – segundo Jean-Yves Haine, uma “ONU sem a Rússia”¹³ – e uma expressão admirável do realismo messiânico que soube combinar a necessidade estratégica e os imperativos democráticos para garantir a “longa paz” da Guerra Fria. A questão presente é saber se também faz parte do próximo modelo de ordenamento internacional, que se está a construir, empiricamente, na sucessão de crises do post-Guerra Fria e do post-11 de Setembro.

A inconstância das alianças

As teorias clássicas das alianças impõem uma regra de precariedade: as alianças só duram enquanto durar a ameaça ou o inimigo que estiveram na sua origem – **alliances are created by their enemies**¹⁴ – e a vitória das coligações assinala o seu fim.

A Aliança Atlântica parece ser uma excepção, pelo menos parcial, embora o seu desaparecimento, antes da queda do Muro de Berlim, tenha sido anunciado tantas vezes como o fim da Guerra Fria e, depois da queda do Muro de Berlim, se tenha formado um coro onde, entre outros, os principais representantes da escola realista moderna certificaram a inevitabilidade da sua dissolução. O breve intervalo que decorreu desde 1991 é demasiado curto para tirar conclusões definitivas.

A tese de Bruno Tertrais¹⁵ sobre a evolução das alianças militares no post-Guerra Fria antecipa a substituição das alianças multilaterais permanentes por alianças bilaterais, ou por alianças **ad-hoc**, ou por uma combinação de ambas, sem por isso deixar de considerar provável a sobrevivência da Aliança Atlântica.

Os sinais apontam, claramente, no sentido da crise da última das alianças permanentes multilaterais, sobretudo desde o 11 de Setembro. Desde logo, a decisão norte-americana de dispensar a Aliança Atlântica da primeira linha da guerra proclamada pelo presidente dos Estados Unidos contra o “terrorismo internacional”, não obstante a invocação da cláusula da defesa colectiva na sequência dos atentados terroristas pelos aliados, demonstrou que os Estados Unidos entendiam que essa guerra era demasiado importante para ser entregue ou partilhada com a comunidade de defesa ocidental. As novas regras apontavam para a ressurgência das alianças, mais antigas e sedimentadas, com a Grã-Bretanha e a Austrália, em torno das quais se formaram as coligações **ad-hoc** para as intervenções militares, no Afeganistão e no Iraque, enquanto os outros aliados europeus e ocidentais, tal como o Japão e a Coreia do Sul, foram remetidos para missões ulteriores de ocupação e de manutenção da paz.

Paralelamente, o Secretário de Estado da Defesa norte-americano enunciou a nova doutrina oficial das alianças na campanha anti-terrorista, repetindo **ad nauseam** o mesmo refrão – “**the mission defines the coalition**”. O exercício servia, entre outros, para negar o princípio em que assentam as alianças permanentes e multilaterais, como a Aliança Atlântica, onde a coligação define as suas missões, num quadro de consultas e na formação dos consensos possíveis,

uma regra tanto mais importante no caso de uma aliança fortemente assimétrica, onde os Estados Unidos sempre tiveram tendência para não prestar demasiada atenção aos aliados menores. De certo modo, a Aliança Atlântica estava **ab initio** excluída de todas as coligações militares relevantes na campanha anti-terrorista, para a qual a própria União Europeia, crescentemente empenhada no domínio da segurança interna, era um parceiro estratégico mais importante para a administração norte-americana.

A teoria das **"floating coalitions"**¹⁶ depressa revelou um outro lado, quando se tornaram um instrumento para acentuar as clivagens entre os membros da aliança ocidental. A crise aberta com a decisão norte-americana de invadir o Iraque e a decisão alemã de se opor à intervenção dos Estados Unidos, com ou sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas – foi agravada pela estratégia deliberada de divisão política dos aliados. As "coligações flutuantes", ou as **"coalitions of the willing"**, também eram formas de escolher – **"cherry-picking"**, na metáfora rural de John Hulsman¹⁷ – os bons aliados e de os separar dos aliados inconstantes ou indisponíveis: no Iraque, os Estados Unidos tiveram de avançar sem a Alemanha e a França e sem o Canadá e o México, mas compensaram esse relativo isolamento não só recorrendo à Grã-Bretanha, a Austrália e ao Japão, mas também às democracias post-comunistas que preencheram os lugares vazios nas fileiras¹⁸.

No entanto, a Aliança Atlântica continua a ter condições mínimas de sobreviver. Na relação entre os custos e os benefícios militares, há vantagem em poder dispor de uma reserva de aliados e de forças de manutenção da paz. Na relação política, é bom preservar um instrumento importante para os Estados Unidos continuarem a ser uma "potência europeia" e travarem as tentações revisionistas da emergência de uma nova grande potência europeia. Na relação estratégica, parece indispensável manter o quadro de contenção da proliferação nuclear, a qual poderia ser inevitável, designadamente nos casos da Alemanha ou da Turquia, sem a Aliança Atlântica. E, **last, not least**, pode contar-se ainda com a inércia institucional e burocrática para assegurar a duração da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A posição de Bruno Tertrais aproxima-se, nas suas conclusões, da orientação de Phillip Gordon ou de Elizabeth Pond¹⁹ sobre as virtudes da continuidade da Aliança Atlântica, a par de uma capacidade de autonomia estratégica crescente, indispensável para a defesa europeia num quadro de declínio relativo da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da baixa prioridade atribuída pelos Estados Unidos à segurança da Europa Ocidental. Mais importante, impõe um limite à crise transatlântica, que é sustentado por uma definição menos literal e mais analítica sobre as alianças permanentes: segundo Raymond Aron, **"I peuvent être considérés alliés permanents les Etats qui ne se conçoivent pas, dans l'avenir prévisible, qu'ils puissent se trouver dans des camps opposés."**²⁰. Nesse sentido também, a aliança das democracias pode sobreviver à sua última crise: passem os piores excessos das campanhas eleitorais, ninguém antecipa seriamente que os aliados ocidentais estejam prestes a enfrentar-se como inimigos em coligações militares opostas, mesmo no Médio Oriente. De resto, as democracias europeias são quase os únicos aliados possíveis dos Estados Unidos para trabalhar no sentido da democratização no Grande Médio Oriente²¹.

Porém, persiste a impressão de que todos esses factores não chegam para garantir a sobrevivência da aliança. Timothy Garton-Ash tem razão quando se concentra na procura de um desígnio comum para ultrapassar a divisão que se está a instalar entre os "dois Ocidentais"²². Pela sua natureza, os interesses estratégicos orientam-se para o futuro²³

e a coesão das alianças, para lá das ameaças, ou da percepção das ameaças mais urgentes, depende sobretudo de uma visão conjunta sobre a evolução da ordem internacional. David Calleo insiste na oposição entre a visão norte-americana – unipolar, hegemónica e unilateral – e a visão europeia – multipolar, equilibrada e multilateral²⁴. Para ultrapassar essa divisão, falta ainda inventar uma fórmula de equilíbrio para um regime misto de unipolaridade multilateral²⁵, em que os Estados Unidos possam aceitar que a aliança ocidental possa voltar a ser uma forma de limitar uma concentração de poder sem precedentes numa única grande potência e o princípio de um modelo de concertação, ou de uma aparência de concertação entre o conjunto das grandes potências internacionais²⁶.

¹ É a posição de Hannah Arendt, quando considera que “a civilização ocidental tem a sua última hipótese de sobrevivência numa comunidade atlântica”. Hannah Arendt (1965, 1973). *On Revolution*: 215. Harmondsworth: Penguin.

² A simetria serve, naturalmente, para insistir na inversão das posições respectivas: em 1956, a França e a Grã-Bretanha invadiram o Egipto para depor o Rais, que comparavam com Hitler e era a retaguarda dos nacionalistas argelinos, enquanto os Estados Unidos, com a União Soviética, denunciavam o uso ilegítimo da força nas Nações Unidas, para travar a intervenção. Pierre Hassner (2004). Para além do Iraque; a crise transatlântica em perspectiva”. *Relações Internacionais* I (4): 74.

³ Coral Bell (1991). “Why Russia should join NATO”. *National Interest* 22: 37-47. Ver também Coral Bell. Future hypothesis: a concert of powers? in Richard Leaver, James Richardson, editores (1993). *Charting the post-cold war order*: 110-120. Boulder: Westview. Coral Bell (1999). “American ascendancy and the pretense of concert”. *National Interest* 3: 55-63.

⁴ Fred Iklé (1992). “Comrades in arms. The case for a Russian-American defence community”. *National Interest* 26: 22-32. Paul Nitze. “Move now to secure a new Soviet partnership”, *International Herald Tribune*, 27 de Agosto de 1990. James Baker (2001). “Russia in NATO?” *Washington Quarterly* 25 (1): 95-103.

⁵ A ausência duradoura de uma coligação anti-hegemónica é um dos argumentos importantes dos teóricos que defendem a estabilidade e a durabilidade de um regime unipolar. Ver William Wohlforth (1999). “The stability of a unipolar world”. *International Security* 24 (1): 5-41.

⁶ Segundo Coral Bell, “the unipolar world should be run as a concert of powers”. Coral Bell (1999): 60.

⁷ Robert Kagan apresentou os seus argumentos no prefácio da segunda edição de *Power and weakness*. Vasco Rato defende o tema da continuidade na política externa norte-americana em Vasco Rato, João Marques de Almeida (2004). *A encruzilhada. Portugal, a Europa e os Estados Unidos*. Lisboa: Bertrand.

⁸ John Lewis Gaddis (2004). *Surprise, security and the American experience*. Cambridge: Harvard University Press.

⁹ G. John Ikenberry (2002). “America’s imperial ambition”. *Foreign Affairs* 81 (5): 44-60. Ver também Pierre Hassner (2002). *The United States: the empire of force or the force of empire?* Paris: Chaillot Papers # 54.

¹⁰ Jean-Yves Haine (2004). *Les Etats-Unis ont-ils besoin d’alliés?*: 284. Paris Payot.

¹¹ As definições clássicas referidas pertencem a Hans Morgenthau e Raymond Aron. Nas teorias modernas das alianças, Randall Schweller recuperou o conceito de potência revisionista. Hans Morgenthau (1960). *Politics among nations*. Nova York: McGraw-Hill. Raymond Aron (1961), *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann-Lévy. Randall Schweller (1994). “Bandwagoning for profit: bringing the revisionist state back in”. *International Security* 19 (1): 72-107.

¹² Uma crítica interessante do modelo actual é a de Perry Anderson (2002). “Force and consent”. *New Left Review* 17: 5-30.

¹³ Jean-Yves Haine (2004): 170.

¹⁴ Kenneth Waltz (1993). “The emerging structure of international politics”. *International Security* 18 (2): 73.

- ¹⁵ Bruno Tertrais (2004). "The changing nature of military alliances". *Washington Quarterly* 27 (2): 135-150.
- ¹⁶ Andrew Pierre (2002). *Coalitions. Building and maintenance. Gulf war, Kosovo, Afghanistan, war on terrorism*. Washington: Institute for the Study of Diplomacy.
- ¹⁷ John Hulsman (2002). *European arrogance and weakness dictate coalitions of the willing*. Heritage Lectures # 777.
- ¹⁸ Philip Gordon descreve admiravelmente todos os episódios da última crise transatlântica. Philip Gordon, Jeremy Shapiro (2004). *Allies at war*. Nova York: McGraw-Hill. Ver também William Shawcross (2004). *The allies*. Nova York: PublicAffairs.
- ¹⁹ Philip Gordon, Jeremy Shapiro (2004). Elizabeth Pond (2004). *Friendly fire*. Washington: Brookings.
- ²⁰ Raymond Aron (1961). *Paix et guerre entre les nations*: 40. Paris: Calmann-Lévy.
- ²¹ Zbigniew Brzezinski (2004). *The choice*. Nova York: BasicBooks.
- ²² Timothy Garton-Ash (2004). *Free world*: 234-247. Londres: Allen Lane.
- ²³ É a fórmula de Glenn Snyder (1997). *Alliance politics*: 24. Ithaca: Cornell University Press.
- ²⁴ David Calleo (2004). "The broken West". *Survival* 46 (3): 30.
- ²⁵ Philip Zelikow, um bom intérprete da estratégia da administração norte-americana, insiste na permanência do modelo multilateral depois do 11 de Setembro. Philip Zelikow (2003). "The transformation of national security. Five redefinitions". *National Interest* 71: 17-28.
- ²⁶ Coral Bell regressa a esse tema no seu último livro. Coral Bell (2003). *A world out of balance*. Double Bay: Longueville Books & The Diplomat.